

27 FEV 1991

Negociação emperrada *Dinda Ext*

Quatro meses e meio depois que o governo brasileiro apresentou aos credores sua proposta de renegociação da dívida externa, as discussões continuam emperradas. O negociador brasileiro, Jório Dauster, ainda discute com os representantes dos bancos questões preliminares. Só depois de resolvidas estas é que começa a verdadeira negociação da dívida que o governo tem com os bancos particulares, num total de aproximadamente US\$ 60 bilhões.

Deve-se reconhecer que, do dia 11 de outubro, quando o Brasil anunciou sua proposta, até hoje, houve algum avanço. Na proposta original, o governo brasileiro queria que os juros atrasados, cujo pagamento foi suspenso em junho de 1989 e cujo total é de aproximadamente US\$ 9 bilhões, fossem incluídos no principal a ser negociado. Os bancos, de sua parte, exigiam algum pagamento imediatamente para que as negociações pudessem começar.

Recentemente o governo ofereceu o pagamento de 15% dos juros vencidos e, há cerca de dez dias, melhorou sua oferta, propondo-se a pagar 18,75%, ou US\$ 1,5 bilhão, dos quais 30% à vista e o restante após a conclusão do acordo para a dívida total. Isso significa uma razoável mudança na posição do governo brasileiro, que nas primeiras reuniões com os credores não aceitava fazer nenhum pagamento enquanto não houvesse um acordo para o reescalonamento de toda a dívida de médio e longo prazos. Agora, propõe pelo menos um pagamento parcial antes do acordo.

Essa mudança, no entanto, é considerada insuficiente pelos credores porque o Brasil condiciona esse pagamento parcial a uma renegociação do restante dos juros vencidos (num total de US\$ 6,5 bilhões) em termos considerados inaceitáveis. O que o governo brasileiro quer é que esses US\$ 6,5 bilhões sejam refinanciados com juros fixos de 3%. A diferença entre essa taxa e os juros cobrados normal-

mente pelo mercado financeiro seria então capitalizada no principal.

Do ponto de vista dos bancos credores, essa operação caracteriza algo como dupla capitalização: primeiro, o Brasil deixou de pagar juros e converteu-os em principal, que agora negocia; depois, propõe pagar apenas parte dos juros sobre esses juros vencidos, para transformar a diferença em novo principal. Em outras palavras, o governo quer capitalizar boa parte dos juros de um papel que já resulta da capitalização de juros de empréstimos anteriores. É essa questão que trava as negociações.

Desde a apresentação da proposta brasileira, as negociações vêm sendo emperradas pela forma como os negociadores brasileiros procuram impor aos credores condições inaceitáveis. A lentidão com que avança nas propostas — o caso do pagamento dos juros vencidos é um exemplo disso — faz supor uma negociação muito mais longa do que previam os mais pessimistas. A intransigência do governo brasileiro foi objeto, no ano passado, de uma inédita reprimenda pública por parte dos dirigentes dos sete países mais ricos do Ocidente.

Na semana passada informou-se que, em sua reunião de janeiro, esses dirigentes teriam decidido manter o Brasil sob pressão internacional até que chegue a um acordo aceitável com os bancos credores. A visita do presidente do Banco Mundial, Barber Conable, ao Brasil foi parte dessa pressão. No encontro com autoridades brasileiras, Conable disse que o equacionamento da dívida externa não é tão difícil, se o governo tiver uma visão de longo prazo, segundo a qual eventuais perdas agora serão compensadas no futuro. Mas a solução fica difícil se, como faz agora, o governo quiser ganhar (leia-se calotear) sempre. Esse comportamento tem como consequência o isolamento do Brasil na comunidade financeira internacional.